



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 165

TERÇA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

PÁGINA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	11453
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	11455
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	11456
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	11473
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	11493
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	11494

Supremo Tribunal Federal

Presidência

ÍNDICE DE ADVOGADOS

RENATO RIBEIRO BHERING

1 0000358-1/400

DISTRIBUIÇÃO

OCTOGÉSIMA QUINTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1991. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI (ART. 37, I, RISTF).

ÀS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUÍDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

SS 0000362-3/260 DF
REQTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REDDO. : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
IMPT. : ANDRÉ LUIZ DA SILVA VIANNA E OUTROS
REGISTRADO

SS 0000363-1/260 CE
REQTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REDDO. : VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª. REGIÃO
IMPT. : FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
REGISTRADO

MI 0000358-1/400 RJ
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
IMPT. : ANTONIO CARNEIRO
ADV. : RENATO RIBEIRO BHERING E OUTROS
IMPOB : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	2			2
MIN. MOREIRA ALVES		1		1
TOTAL	2	1		3

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....RHODE DOBEL BARRETO, DIRETORA SUBSTITUTA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

Brasília, 23 de agosto de 1991

MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI
Presidente

Departamento Judiciário

Despachos

PROCESSOS DIVERSOS

ACor.367-9-SP

Autor: Estado de São Paulo (Advs.: Fêres Salino e outros). Réus: Brasti Indústria Química Ltda (Advs.: Paulo Roberto Munhoz Costa e outro); União Federal; Prefeitura Municipal de Cananéia (SP) (Adv.: Benedito Antônio da Silva); Prefeituras Municipais de Antonina e Guaraqueçaba (PR) (Adv.: José Secundino de Oliveira Filho; Prefeitura Municipal de Iguape (SP) e Prefeituras Municipais de Morretes e Paranaguá (PR).

Despacho: -Vistos. O Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública, em defesa do meio ambiente, contra a empresa BRASTI - INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA., a União Federal e alguns Municípios do Estado, com o objetivo de impedir que os referidos municípios concedessem alvarás de funcionamento para laboratório de controle de qualidade e depósito de dióxido de titânio e para a instalação de qualquer indústria de produção de dióxido de titânio nas suas respectivas regiões. A ação objetiva, também, que a União não autorize, através da Secretaria Especial de Meio Ambiente, o funcionamento dos referidos laboratório e depósito e, bem assim, a instalação da indústria em questão (Inicial, vol. I, fls.2/18).

O Juiz Federal julgou-se incompetente para conhecer e julgar a ação - demanda entre Estado-membro e União Federal - e determinou a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal (Vol. I, fls. 88/89).

Aqui chegaram os autos (vol. I, fls. 90 e ss.).

O eminente Ministro Rezek indeferiu o pedido de liminar (fl. 92 do vol. I).

Fizeram-se as citações (vol I, fls. 99 e ss.).

Saneador à fl. 649 (vol. II).

Despachei às fls. 782v/783, determinando a realização da prova pericial, designado o Juiz Federal de São Paulo para presidi-la. Expediu-se a carta de ordem (fls.790/792).

O ESTADO DE SÃO PAULO, autor da ação, entra, agora, com a petição de fls.797/781, requerendo a extinção do processo, sem julgamento do mérito, sem qualquer ônus para o autor que possa se relacionar com a sucumbência" (CPC, art. 462 c/c art. 267, VI), porque a empresa BRASTI - INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA., decorridos mais de quatro anos após a propositura da ação, "não se encontra em funcionamento na cidade de ANTONINA ou outros do complexo estuarino lagunar Cananéia Iguape". Requer, outrossim, caso se entenda deva a ação ter prosseguimento, que a prova técnica não seja efetivada.

Assim o requerimento, à fl.781 (VOL.III):

"...
Isto posto, requer o autor seja determinada por V.Exª a aplicação à hipótese dos dispositivos constantes dos artigos 462 c/c o artigo 267, VI, ambos do Código de Processo Civil, de sorte a que se venha a extinguir o processo, sem mérito, e, obviamente, sem qualquer ônus para o autor que possa vir a se relacionar com a sucumbência.

Entretanto, caso assim não entenda V.Exª, que se prossiga com os ulteriores trâmites da ação, sem que, contudo, se venha a realizar a dispendiosa, e agora improfícua prova técnica eis que a atividade poluente da ré, se houvesse ela de se instalar, somente poderia ser objeto de aferição através da simulação.

..."

Isto posto, dou vista dos autos à União Federal e aos demais RR., por 5 (cinco) dias, para dizerem a respeito do requerimento do Estado de São Paulo, autor.

Publique-se.

Brasília, 13 de agosto de 1991.

Ministro CARLOS VELLOSO
Relator

Inq. 362-0/DF

Indiciado: Sérgio Augusto Naya (Adv: Aquiles Rodrigues de Oliveira e outro). Vítima: Pedro Maurino Calmon Mendes (Adv.: em causa própria).

Despacho: - Tanto considerada a data do fato (6-7-85), como a data do recebimento da denúncia (22-10-85), acha-se consumada a prescrição da ação penal, movida pelo crime de lesões corporais leves (artigos 129, caput e 109, V, do Código Penal). Acolhendo o requerido, às fls. 184/5, pelo nobre órgão do Ministério Público Federal, decreto a extinção da punibilidade do acusado.

Publique-se.

Brasília, 20 de agosto de 1991.

Ministro OCTAVIO GALLOTTI
Relator

Rev.Crim.4.989-1-SP

Reqte.: José Luiz Neves. Reqdo.: Juiz de Direito da Vara das Execuções Criminais de São Paulo.

Despacho: -Vistos. Cuida-se de pedido de revisão criminal ajuizado perante esta Corte por JOSÉ LUIZ NEVES, com o objetivo de obter o reexame de sentença que o condenou a vinte e dois anos e onze meses de reclusão, por crime previsto no art. 157 do Código Penal.

Informa a Secretaria, à fl.11, que não consta dos registros deste Tribunal processo em nome do requerente.

Nos termos do art. 102, I, "j", da Constituição, compete ao Supremo Tribunal Federal apenas a revisão criminal de seus próprios julgados.

É manifesta, por isso, a incompetência desta Corte para apreciação do pedido (RvCr. 4.957-2-DF, DJ 18/02/91, pág. 1.009. RvCr. 4.960-2/230-DF, DJ 06/03/91, pág. 2.082).

Nego seguimento ao pedido e determino o arquivamento dos autos (RI/STF, art. 21, § 1º).

Publique-se.

Brasília, 13 de agosto de 1991.

Ministro CARLOS VELLOSO
Relator

HABEAS CORPUS

HABEAS CORPUS
HC Nº. 6535-8/130 - DF
DISTRIBUIDO 05/02/91 RELATOR MIN. MARCO AURELIO

IMPTE LUIZ WAGNER DE SOUZA
COATOR TRIBUNAL DE ALCAÇA CRIMINAL DO ESTADO DE SAO PAUL
PACTE LUIZ WAGNER DE SOUZA

Despacho: 1. Defiro a diligência requerida pelo Ministério Público Federal.
2. Publique-se.

Brasília, 19 de agosto de 1991.

Ministro MARCO AURELIO
Relator

HC 68.776-8/130 - RS

Impte.: José Marcelo Goulart Leal - Coator.: Juiz de Direito da Quarta Vara Criminal da Comarca de Pelotas - Pacte: José Marcelo Goulart Leal.

Despacho: Cuida-se de habeas corpus impetrado em causa própria por José Marcelo Goulart Leal, no qual alega estar sofrendo injusto constrangimento, em virtude de prisão que lhe foi decretada por autoridade judiciária de 1º grau.

A competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar habeas corpus é de direito estrito, só se concretizando nas hipóteses taxativas referidas no texto constitucional (art. 102, I, d e i).

Desse modo, este writ não pode ser conhecido, porque falece competência ao Supremo Tribunal Federal para processar e julgar, originariamente, habeas corpus em que a alegada situação de injusto constrangimento derive, como no caso, de decisão proferida por magistrado de 1º grau (RTJ 121/1050).

Por essas razões, nego seguimento ao presente pedido de habeas corpus (Lei 8038/90, art. 38).

Arquivem-se.

Publique-se

Brasília, 21 de agosto de 1991.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

HC 68.778-4/130 - RS

Impte.: José Marcelo Goulart Leal - Coator: Juiz de Direito da Comarca de Pelotas - Pacte.: José Marcelo Goulart Leal.

Despacho: Cuida-se de habeas corpus impetrado em causa própria por José Marcelo Goulart Leal, no qual alega estar sofrendo injusto constrangimento, em virtude de prisão que lhe foi decretada por autoridade judiciária de 1º grau.

A competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar habeas corpus é de direito estrito, só se concretizando nas hipóteses taxativas referidas no texto constitucional (art. 102, I, d e i).

Desse modo, este writ não pode ser conhecido, porque falece competência ao Supremo Tribunal Federal para processar e julgar, originariamente, habeas corpus em que a alegada situação de injusto constrangimento derive, como no caso, de decisão proferida por magistrado de 1º grau (RTJ 121/1050).

Por essas razões, nego seguimento ao presente pedido de habeas corpus (Lei 8038/90, art. 38).

Arquivem-se.

Publique-se

Brasília, 21 de agosto de 1991.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

HC 68.805-5/130 - RS

Impte.: José Marcelo Goulart Leal - Coator: Juiz de Direito da Comarca de Pelotas - Pacte.: José Marcelo Goulart Leal.

Despacho: Cuida-se de habeas corpus impetrado em causa própria por José Marcelo Goulart Leal, no qual alega estar sofrendo injusto constrangimento, em virtude de prisão que lhe foi decretada por autoridade judiciária de 1º grau.

A competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar habeas corpus é de direito estrito, só se concretizando nas hipóteses taxativas referidas no texto constitucional (art. 102, I, d e i).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
Fax: (061) 225-2046
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Chefe de Divisão de Jornais Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSÉ EDMAR GOMES
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Divisão de Jornais Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 14.208,00	Cr\$ 3.278,00	Cr\$ 13.114,00	Cr\$ 20.765,00
PORTE:	Cr\$ 14.256,00	Cr\$ 7.062,00	Cr\$ 25.872,00	Cr\$ 14.256,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 321-5566 R. 305, 309, 325 ou 328.
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

PROCESSO : RR - 031388 / 91 - 4 . TRT DA 3a. REGIÃO
RELATOR : MIN. SEMIRAMIS ARNAUD FERREIRA
RECORRENTE : FLAVIA GONCALVES
ADVOGADO : Dr(a). RAFAEL ANTONIO PAULA DE ALMADA
RECORRIDO : VALORIZA ASSESSORIA JURIDICA LTDA

PROCESSO : RR - 031412 / 91 - 3 . TRT DA 15a. REGIÃO
RELATOR : MIN. SEMIRAMIS ARNAUD FERREIRA
RECORRENTE : BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A
ADVOGADO : Dr(a). GILSON IDELFONSO DE OLIVEIRA
RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE CATANDUVA
ADVOGADO : Dr(a). NILTON LOURENCO CANDIDO

PROCESSO : RR - 031475 / 91 - 4 . TRT DA 15a. REGIÃO
RELATOR : MIN. SEMIRAMIS ARNAUD FERREIRA
RECORRENTE : HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRAO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
ADVOGADO : Dr(a). CELSO LUIZ BARIONE
RECORRIDO : EMILIA MITIKO MASSITA BRONZI
ADVOGADO : Dr(a). JESUS GUILHERME GIACOMINI

PROCESSO : AI - 013856 / 90 - 3 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : LUCIO ANTONIO DE FREITAS GUIMARAES
ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO GABRIEL DE S. E SILVA
AGRAVADO : CAIXA ECONOMICA DO ESTADO DE SAO PAULO S/A
ADVOGADO : Dr(a). SERGIO PARENTI

PROCESSO : AI - 014507 / 90 - 6 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : PAULO CESAR DOS SANTOS
ADVOGADO : Dr(a). MARIA HELENA COTRIM
AGRAVADO : BUZOLIN LOCADORA LTDA

PROCESSO : AI - 014525 / 90 - 8 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE SAO PAULO
ADVOGADO : Dr(a). ANDREA ISA RIPOLI
AGRAVADO : ANTONIO CARLOS CANOSSA

PROCESSO : AI - 015494 / 90 - 5 . TRT DA 3a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO : Dr(a). IARA MENEZES LIMA
AGRAVADO : JOSEMAR MOREIRA SANTOS
ADVOGADO : Dr(a). HELTA YEDDA T A DA SILVA

PROCESSO : AI - 015509 / 90 - 8 . TRT DA 3a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : BANCO REAL S/A
ADVOGADO : Dr(a). MAURO THIBAU DA SILVA ALMEIDA
AGRAVADO : ADOLFO FONSECA DE MOURA E OUTROS
ADVOGADO : Dr(a). PAULO ERNESTO SALVA
AGRAVADO : CAIXA DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA "CEL. BENJAMIN GUIMARAES"

PROCESSO : AI - 015547 / 90 - 4 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : XEROX DO BRASIL S/A
ADVOGADO : Dr(a). MARCIO YOSHIDA
AGRAVADO : OZIRIO DA SILVA BARBOSA

PROCESSO : AI - 015595 / 90 - 7 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : ELIO RIBEIRO FAGUNDES
ADVOGADO : Dr(a). ADALBERTO TURINI
AGRAVADO : CIA DE CONSTRUÇOES ESCOLARES NO ESTADO DE SAO PAULO

PROCESSO : AI - 017091 / 90 - 7 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : JOCKEY CLUB DE SAO PAULO
ADVOGADO : Dr(a). MARIA EVANGELINA M FERREIRA
AGRAVADO : FRANCISCO JOSE DE CASTRO NETO
ADVOGADO : Dr(a). BENEDITO RODRIGUES DA SILVA

PROCESSO : AI - 017138 / 90 - 9 . TRT DA 9a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : GAZETA MERCANTIL S/A EDITORA JORNALISTICA
ADVOGADO : Dr(a). JOSE ANTONIO GARCIA JOAQUIM
AGRAVADO : SEBASTIAO NETO DE OLIVEIRA

PROCESSO : AI - 017251 / 90 - 4 . TRT DA 3a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : NG MINAS MAQUINAS E SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA
ADVOGADO : Dr(a). ARILDO RICARDO
AGRAVADO : RONALDO SERGIO MIRANDA

PROCESSO : AI - 017576 / 90 - 2 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : Dr(a). LUZIA DE FATIMA FIGUEIRA
AGRAVADO : MARCOS ROGERIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : Dr(a). IMALAIAMO F P CORREA

PROCESSO : AI - 018139 / 90 - 8 . TRT DA 8a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : UNIAO FEDERAL (HOSPITAL JOAO DE BARROS BARRETO)
ADVOGADO : Dr(a). MOACIR GUIMARAES M. FILHO
AGRAVADO : CLAUDOMIRO EPIFANIO DA SILVA E OUTROS

PROCESSO : AI - 029706 / 91 - 0 . TRT DA 8a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : ESTADO DO PARA (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA)
ADVOGADO : Dr(a). ANA APARECIDA GOMES SAO MARTINHO
AGRAVADO : ALCINA ELISA FERREIRA LEAL E OUTRAS

PROCESSO : AI - 029947 / 91 - 1 . TRT DA 8a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
AGRAVANTE : AMAZONAS INDUSTRIAS ALIMENTICIAS S/A - AMASA
ADVOGADO : Dr(a). HAROLDO ALVES DOS SANTOS
AGRAVADO : SIND DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE PESCA DE BELEM
ADVOGADO : Dr(a). RAIMUNDO PEREIRA CAVALCANTE

PROCESSO : RR - 029997 / 91 - 9 . TRT DA 10a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA

RECORRENTE : BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A
ADVOGADO : Dr(a). CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO
RECORRIDO : MOACIR ANTONIO MONTEIRO
ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO OSVALDO PASCUTTI

PROCESSO : RR - 030920 / 91 - 0 . TRT DA 11a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
ADVOGADO : Dr(a). JOSE RICARDO GOMES
RECORRIDO : SIND DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA DESTILACAO E REFINACAO DE PETROLEO DO AMAZONAS - SINDEPETRO
ADVOGADO : Dr(a). ROSANGELA BENTES CAMPOS

PROCESSO : RR - 030952 / 91 - 4 . TRT DA 6a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : USINA CATENDE S/A
ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO IVAN DA SILVA JUNIOR
RECORRIDO : MARIA DE LOURDES DE LIMA DA SILVA
ADVOGADO : Dr(a). EDVALDO CORDEIRO DOS SANTOS

PROCESSO : RR - 031081 / 91 - 7 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : VICUNHA S/A
ADVOGADO : Dr(a). RICARDO GELLY DE C. E SILVA
RECORRIDO : MARIO RODRIGUES CINTRA
ADVOGADO : Dr(a). ALINO DA COSTA MONTEIRO

PROCESSO : RR - 031126 / 91 - 0 . TRT DA 5a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
ADVOGADO : Dr(a). ALDENISE BARRETO DE A. SILVA
RECORRIDO : ZENILDA DOREA ALVES
ADVOGADO : Dr(a). LILIAN DE OLIVEIRA ROSA

PROCESSO : RR - 031183 / 91 - 7 . TRT DA 3a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A
ADVOGADO : Dr(a). JOSE SYLVIO MODE
RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE BELO HORIZONTE E REGIAO
ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

PROCESSO : RR - 031225 / 91 - 8 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : NELSON CALAZANZ LACERDA
ADVOGADO : Dr(a). VIRGILIANO MACHADO
RECORRIDO : PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
ADVOGADO : Dr(a). JOAQUIM MACHADO DE AZEVEDO

PROCESSO : RR - 031284 / 91 - 9 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : VALDEQUE NUNES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : Dr(a). ADIB TAUIL FILHO
RECORRIDO : YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : Dr(a). ADILSON RIBAS

PROCESSO : RR - 031316 / 91 - 7 . TRT DA 4a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S/A
ADVOGADO : Dr(a). JOSE INACIO FAY DE AZAMBUJA
RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE SANTA MARIA E REGIAO
ADVOGADO : Dr(a). RUY RODRIGUES DE RODRIGUES

PROCESSO : RR - 031387 / 91 - 6 . TRT DA 1a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : CARLOS EDUARDO FERREIRA GALHEIGO E OUTROS
ADVOGADO : Dr(a). ALINO DA COSTA MONTEIRO
RECORRIDO : CIA ELETROMECANICA CELMA
ADVOGADO : Dr(a). ISMAR BRITO ALENCAR

PROCESSO : RR - 031411 / 91 - 5 . TRT DA 15a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO : Dr(a). JOSE CARMELO DA SILVA FILHO
RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE PIRACICABA E REGIAO
ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

PROCESSO : RR - 031474 / 91 - 6 . TRT DA 9a. REGIÃO
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA
RECORRENTE : BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE
ADVOGADO : Dr(a). ALBINO JOSE DE BONI
RECORRIDO : MARLENE APARECIDA FURTADO KERBER
ADVOGADO : Dr(a). PAULO ROBERTO BURMEISTER MUNIZ

Brasília, 22 de agosto de 1991.

JORGE ALOISE
Diretor da Secretaria

Superior Tribunal Militar

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
APELAÇÃO Nº 46.433-8/PA

Apelantes: O Ministério Público Militar junto à Auditoria da 8ª CJM e o Sd. Ek. CARLOS CESAR SILVA NASCIMENTO.

Apelada: A Sentença do Conselho de Justiça da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, de 14.05.91.
Advogada: Dra. Sueli Pereira Ferreira.

DESPACHO

"Vistos, etc.

CARLOS CESAR SILVA NASCIMENTO, Soldado do Exército, condenado à pena de seis (6) meses de prisão, por infração ao Art. 192 do CPM, pelo Conselho de Justiça da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, interpôs, através da Defensoria de Ofício oficiante junto à 8ª CJM recurso de apelação.

Entretanto, em concomitância, impetrou-se em favor do apelante Ordem de Habeas Corpus, objetivando a nulificação do feito, que autuado nesta Corte sob o nº 32.754-1 fora distribuído ao eminente Ministro - Dr. Antonio Carlos de Nogueira.

Consoante certificado pelo Sr. Diretor da Diretoria Judiciária às fls. 129, o plenário deste Tribunal, em sessão realizada no dia 06 Ago 91, à unanimidade, houve por bem, em homologando despacho presidencial prolatado em 24 Jul 91, conceder a Ordem declarando nulo o processo e determinando o trancamento da ação penal.

É o Relatório.

DECIDO:

Evidente que, in casu, operou-se a perda do objeto na presente pretensão revisora, substanciada no recurso sub examine, de modo incontestado a ensejar decisão monocrática declarativa da prejudicialidade do feito, obstando a tramitação deste recurso a teor do disposto no Art. 18, inciso V do Regimento Interno desta Corte.

Por tais razões, julgo prejudicado o recurso, face a manifesta perda de objeto.

Publique-se. Intime-se. Remetam-se os autos à Auditoria de origem.

Cumpra-se pela Diretoria Judiciária.

Brasília, DF, 19 de agosto de 1991.

RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO

Almirante-de-Esquadra

Ministro do Superior Tribunal Militar".

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 50ª SESSÃO, EM 20 DE AGOSTO DE 1991 - TERÇA-FEIRA
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO OR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, VICE-PRESIDENTE,
NO IMPEDIMENTO DO PRESIDENTE.

Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Cataldo, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Eduardo Pires Gonçalves e José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suely Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

APELAÇÃO 46.364-0 - AM - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** EDSON CARDOSO FARIA, Cb FN, condenado a 4 meses e 23 dias de prisão, incurso nos arts 157, parágrafo 3º, c/c o art 209 e 226, c/c o art 30, inciso II, c/c o art 79, todos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 23/04/91. Adv Dr Benedito de Jesus Pereira Tavares. **- POR MAIORIA**, foi dado provimento ao apelo, para absolver o recorrente com base no art 439, letra "e", do CPPM, recomendando que o mesmo seja submetido a tratamento ambulatorial, consoante recomendação dos peritos. O Ministro ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES negava provimento ao apelo.

HABEAS-CORPUS 32.752-5 - RJ - Relator Ministro Jorge José de Carvalho. **PACIENTE:** CARLOS MAGNO CANDIDO, preso por Sentença do Conselho de Justiça do Batalhão de Comando e Serviços da AMAN, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Conselho, pede a concessão da ordem para que possa aguardar em liberdade o julgamento do recurso de Apelação. Impetrante: Dra Lucia Maria Lobo. **- POR UNANIMIDADE**, foi conhecido o pedido e denegada a ordem por falta de amparo legal.

HABEAS-CORPUS 32.760-6 - RS - Relator Ministro Jorge José de Carvalho. **PACIENTE:** LEONARDO GACIBA DA SILVA, Aluno do NPOR, respondendo a processo perante a 2ª Auditoria da 3ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal, por parte do mencionado Juízo, pede, liminarmente, a concessão da ordem para que seja suspenso seu julgamento previsto para o próximo dia 02/07/91, bem como o processamento do Recurso em sentido estrito articulado pelo Paciente na ação penal nº 11/90-1, em curso na referida Auditoria. Impetrante: Dr Djalma Pimentel Maurente. **- POR UNANIMIDADE**, foi homologado o r. Despacho da Presidência que deferiu a liminar e concedida a ordem, **POR MAIORIA**, nos termos solicitados. O Ministro ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES, concedia a ordem para que fosse restabelecido o prazo para a interposição do recurso possível, da decisão que não deu seguimento ao recurso interposto.

HABEAS-CORPUS 32.758-4 - SP - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. **PACIENTE:** JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, Cb Ex reformado, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte dos Srs Comandante do Comando Militar do Sudeste e o Chefe do Serviço de Polícia do QGC MSE, pede a concessão da ordem para que possa entrar normalmente no referido QG, sem o acompanhamento de escolta. Impetrante: O Paciente. **- POR UNANIMIDADE**, não foi conhecido o pedido por falta de amparo legal.

REVISÃO CRIMINAL 1.239-3 - MG - Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Revisor Ministro Everaldo de Oliveira Reis. **FABIO ANTUNES DA SILVA**, Sd Aer, solicita revisão do Processo nº 17/87-4 a que respondeu perante a Auditoria da 4ª CJM. Adv Dr Lino Machado Filho. **- POR MAIORIA**, foi rejeitada a preliminar suscitada pelo Procurador-Geral, no sentido de não conhecer do pedido, pelo não atendimento aos pressupostos do art

551 do CPPM. Os Ministros REVISOR, LUIZ LEAL FERREIRA, JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA, CHERUBIM ROSA FILHO, WILBERTO LUIZ LIMA e JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO acolhiem a preliminar. **PEDIU VISTA** o Ministro RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, de acordo com o art 78 do RI, após o voto do Relator que julgava procedente o pedido de revisão; para absolver o Sd Aer FABIO ANTUNES DA SILVEIRA do crime previsto no art 205 do CPM, com fulcro no art 439, alínea "d", do CPPM. Votaram com o Relator os Ministros GEORGE BELHAM DA MOTTA, PAULO CÉSAR CATALDO, JORGE JOSÉ DE CARVALHO, ALDO FAGUNDES e EDUARDO PIRES GONÇALVES. Os Ministros REVISOR, LUIZ LEAL FERREIRA, CHERUBIM ROSA FILHO, WILBERTO LUIZ LIMA e JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO indeferiram a Revisão por falta de fundamento legal. (Na forma regimental, usaram da palavra o Adv Dr Lino Machado Filho e o Procurador-Geral, Dr Milton Menezes da Costa Filho. De acordo com a decisão tomada pelo Plenário, em Sessão de 7/11/90, quando do julgamento da Apelação nº 45.993-4 (PE), ou seja, em face de ter o Procurador-Geral, em sua sustentação oral, tomado posição contrária ao do Parecer da PGJM, lançado nos autos, foi concedida, por mais uma vez, a palavra à Defesa, pelo prazo de 20 minutos, para apresentação de suas contra-razões. Após a manifestação do Relator e do Revisor, a Defesa retirou a preliminar suscitada, por entender que a nulidade argüida cingia-se ao mérito. O Ministro JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA não participou da votação do mérito. (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES).

A Sessão foi encerrada às 21:00 horas.

Processos em mesa:

Habeas-Corpus 32.748-8 (GB) 2ª Mar proc 7/89-7 Adv Dr Fábio Fracaroli Neves, **EM DILIGÊNCIA**
Apelação 46.324-0 (EG/RB) Aud 8ª proc 12/90-5 Adv Américo Leal.
Apelação 46.372-2 (WL/PC) Aud 11ª proc 508/91-4 Adv Elizaoeth Diniz Martins Souto e outro.
Representação 1.068-4 (RF) 1ª/2ª
Habeas-Corpus 32.768-1 (GB) 2ª/3ª Adv José Antonio Rosa da Silva
Mandado de Segurança 211-1 (ER) 3ª/3ª Adv Cyro Schmitz
Conflito de Competência 270-Q (WL) Aud 6ª proc 502/91-0
Revisão Criminal 1.239-3 (AN/ER) Aud 4ª Adv Lino Machado Filho - **VISTA RAB**
Apelação 46.357-7 (JS/PC) Aud 5ª proc 08/90-3 Adv Anne Elizabeth Nunes de Oliveira
Apelação 46.367-4 (GB/EG) 2ª Mar proc 24/90-0 Adv Tania Sardinha Nascimento.
Correição Parcial 1.395-7 (RF) Aud 12ª proc 02/91-0 Adv João Thomas Luchinger
Apelação 46.384-6 (RB/AN) 1ª Ex proc 505/91-1 Adv Leonora Salles de Campos Borges.

SUELY MATTOS DE ALENCAR

Secretária do Tribunal

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 093

- APELAÇÃO Nº 46.423-0 - Relator Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. Advª Drª Carmen Lucia A. de Montesinos.

Ministério Público da União

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho

PORTARIA Nº 255, DE 20 DE AGOSTO DE 1991

O Procurador-Geral DA JUSTIÇA DO TRABALHO, em exercício, no uso de suas atribuições, considerando que os Procuradores do Trabalho lotados na Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede em Belém-PA, se consideram impedidos de funcionar em processos em que seja parte a Universidade Federal do Pará, RESOLVE:

Determinar o envio, ao Procurador Regional do Trabalho da 10ª Região, dos processos a seguir relacionados, referentes a ações ajuizadas contra a Universidade Federal do Pará, para que neles oficiem, por sua distribuição, os Procuradores do Trabalho ali em exercício: processos nºs R EX OFF e RO 1565/91, R EX OFF e RO 1669/91, R EX OFF e RO 1702/91, R EX OFF e RO 1815/91, R EX OFF e RO 1816/91, R EX e RO 1839/91, R EX OFF e RO 1908/91.

VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO

Complete sua coleção

Adquira volumes avulsos das revistas editadas pela Imprensa Nacional

- | | |
|--|-------------|
| • Coleção das Leis da República Federativa do Brasil | 1950 a 1989 |
| • Ementário de Jurisprudência do TFR | 1979 a 1988 |
| • Jurisprudência Trabalhista do TST | 1981 a 1989 |
| • Revista do Tribunal Federal de Recursos | 1974 a 1989 |
| • Revista Trimestral de Jurisprudência do STF | 1957 a 1989 |